



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010652-20.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Antonio de Almeida Silva Filho**
Requerido: **Carlos Humberto da Silva Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter locado imóvel ao réu, mas ele deixou de pagar aluguéis e demais débitos incidentes no imóvel como consumo de água e energia elétrica.

Almeja ao recebimento dos primeiros, de forma atualizada.

O réu em contestação não negou sua condição de devedor dos valores descritos na petição inicial, mas ressaltou que o montante cobrado é excessivo.

Ressaltou que quando deixou o imóvel fez acordo verbal com o autor para o pagamento da dívida total no importe de R\$10.000,00 e

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

em parcelas de R\$200,00, tendo em vista que fez várias benfeitorias no imóvel como balcão em alvenaria revestidos em granito, armários de parede, bem como, deixou outros bens no imóvel como geladeira, estufa de salgados e divisórias em alumínio e vidro.

Todavia, o réu mesmo intimado sobre seu desejo produzir provas quanto as suas alegações esse ficou silente (fl.43).

Inexistem provas nesse sentido de qualquer natureza e quanto ao assunto o réu não se desincumbiu do ônus de patentear o que asseverou. Em suma, o réu não fez prova consistente de suas alegações, não se desincumbindo do ônus que lhe impunha o art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil.

Diante desse cenário, e à míngua de elementos que apontassem para direção contrária, o acolhimento da pretensão deduzida é de rigor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$23.408,36, acrescida de correção monetária, e juros de mora a partir do ajuizamento da ação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 16 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**